

Argentina estuda legalizar o aborto

País pode se tornar o mais populoso da América Latina a permitir que mulheres interrompam a gravidez sem restrições

Daniel Politi, The New York Times

26 Abril 2018 | 15h15

BUENOS AIRES – Lucia Bulat, estudante de medicina de 19 anos, estava dançando nos degraus do palácio do Congresso em Buenos Aires quando olhou para a multidão que participava de um comício em favor do aborto.

“Hoje é um dia maravilhoso”, disse Lucia. “Estamos conquistando a nossa autonomia e exigindo os nossos direitos. Não podemos permitir que as pessoas continuem nos dizendo o que podemos e não podemos fazer com os nossos corpos”.



Milhares de pessoas participam da Marcha pela Vida, contra a legalização do aborto, em Buenos Aires, Argentina Foto: Osvaldo Fanton/Telam/EFE

Não faz muito tempo, as ativistas do movimento pelo direito ao aborto na Argentina tinham poucas razões para acreditar que poderiam tornar esta questão polarizadora uma prioridade legislativa. Mas, na terra do papa Francisco, recentemente os parlamentares começaram a avaliar a lei que permitiria que as mulheres fizessem um aborto nas primeiras 14 semanas de gravidez.

Se a medida for aprovada, a Argentina se tornará o país mais populoso da América Latina a permitir que as mulheres interrompam a gravidez – uma façanha em uma região na qual vigoram normas rigorosas sobre o aborto.

A chegada de um projeto de lei sobre o aborto à Câmara dos Deputados é considerada uma consequência do movimento pelos direitos das mulheres na nação, que começou em 2015 com uma

campanha contra o feminicídio chamada “Ni Una Menos”.

“Lutar contra o feminicídio nos levou a lutar contra todas as formas de violência contra as mulheres – e não permitir que possamos decidir a respeito dos nossos corpos é uma forma de violência”, disse Andrea Schenk, 28, uma das manifestantes.

A perspectiva da legislação tornou-se mais plausível politicamente no início deste ano, quando o presidente Mauricio Macri, que se opõe à legalização do aborto, liberou legisladores aliados para “votarem de acordo com a sua consciência” sobre o tema.

Se o projeto for aprovado, será por causa de uma coalizão de aliados improváveis no Congresso. Entre as parlamentares que se uniram para apoiar o projeto estão Victoria Donda, de esquerda; Brenda Austin, da coalizão ‘Cambemos’ de Macri; Romina del Plá, do Partido dos Trabalhadores; e Mónica Macha, uma aliada da ex-presidente de centro esquerda, Cristina Fernández de Kirchner. Serão realizadas audiências sobre o projeto de lei, que deverá ser revisto nos dois próximos meses.

Vários países da América Latina permitem o aborto em circunstâncias limitadas, como gravidez em decorrência de estupro ou quando a vida da mãe está ameaçada. A Argentina se tornaria a quarta nação da região a permitir o aborto sem tais restrições, ao lado de Cuba, Uruguai, Guiana e algumas partes do México.

Os que apresentaram o projeto de lei afirmam que sua motivação principal é salvar vidas. Embora as mulheres que foram estupradas ou sofrem de complicações potencialmente letais tenham a permissão de abortar, poucos médicos realizam o procedimento porque temem infringir a lei.

Complicações decorrentes de abortos clandestinos representam 18% das mortes maternas; segundo um estudo, em 2015 e 2016, pelo menos 98 mulheres morreram de abortos mal sucedidos.

O apoio à legalização do aborto aumentou à medida que a Igreja católica foi perdendo prestígio. No entanto, os líderes da igreja insistem em se opor ao projeto. Eles argumentam que melhorar a educação sexual nas escolas é uma estratégia mais adequada para tratar o problema da gravidez indesejada.

Uma pesquisa realizada este ano concluiu que cerca de 55% dos argentinos é a favor do aborto, embora as atitudes variem em termos geográficos. Nas províncias mais rurais do norte, 40% se mostram favoráveis, contra 67% em Buenos Aires.

Muitos preveem que a batalha real a respeito do projeto de lei se dará no Senado, onde a influência das províncias rurais é maior. Mas as ativistas estão convencidas de que será difícil que os senadores votem contra o projeto de lei se este obtiver uma ampla margem de apoio na Câmara dos Deputados.

“Nenhum senador é suicida”, disse Victoria Donda. “Nós vamos ganhar porque temos os argumentos mais sólidos a nosso favor”.

Mais conteúdo sobre:

[Argentina \[América do Sul\]](#)

[aborto](#)

[gravidez](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

SIGA O ESTADÃO

Coreia do Norte enfrenta um teste de determinação contra as sanções

Kim Jong-un enfrenta problemas internos à espera de negociação com Trump

Choe Sang-Hun, The New York Times

26 Abril 2018 | 15h00

SEUL, Coreia do Sul - Noite escura de fevereiro; caminhões descarregavam o contrabando perto de

Hyesan, cidade norte-coreana à margem de um pequeno rio, em frente à China. Os guardas de fronteira aparentemente não se importavam enquanto trabalhadores usavam carroças para levar a carga de minérios de ferro - tungstênio, chumbo, zinco, cobre e concentrados de ouro, mercadorias cuja exportação deveria ser proibida de acordo com as sanções impostas pela ONU - para o outro lado do rio congelado.

Ao amanhecer, restavam apenas marcas de pneus e pegadas humanas sobre o gelo.

Uma testemunha norte-coreana disse que o minério, assim como outros materiais, estavam sendo contrabandeado quase todas as noites para a China naquele trecho da fronteira. O homem afirmou que o contrabando também trafegava em sentido contrário, levando açúcar, farinha de trigo e sacos de fertilizantes para a Coreia do Norte.

Existem provas cada vez mais fortes de que as novas sanções mais pesadas impostas à Coreia do Norte para levá-la a suspender os programas de produção de armas nucleares e de mísseis começam a afetar o país. Fábricas foram fechadas, os pescadores abandonaram os seus barcos, e unidades militares recorrem a veículos a carvão e até mesmo a carroças puxadas por bois como meios de transporte.

Contudo, os esforços para contrabandear mercadorias para dentro e para fora da Coreia do Norte são alguns sinais de que este país fechado e quase incomunicável está encontrando maneiras de fazer frente à situação.

Apesar da escassez, as taxas de câmbio e os preços dos produtos básicos de consumo se mantêm estáveis, e não há sinais de carestia próxima, segundo visitantes que estiveram recentemente no país do Norte e desertores norte-coreanos.

O presidente Donald J. Trump e o presidente sul-coreano Moon Jae-in, afirmam que a política da “pressão máxima” sobre o líder do governo norte-coreano Kim Jong-un contribuiu para levá-lo à mesa de negociações.

Kim tomou algumas medidas para dar a impressão de que está disposto a um acordo, oferecendo aparentes concessões, mas esta também pode ser uma inteligente tática de negociação. No dia 21 de abril, Kim disse: “Não precisamos mais de nenhum teste nuclear ou de mísseis”, acrescentando que o Norte fecharia um sítio de testes nucleares. No dia anterior, Moon informou que Kim retirara um obstáculo muito importante para as negociações com os Estados Unidos, deixando de exigir a retirada das tropas americanas da Coreia do Sul.

Entretanto, não está absolutamente claro se as privações geradas pelas sanções estão forçando Kim a fazer concessões, e se isto bastaria para obrigá-lo a vender o seu arsenal nuclear.

“Se vocês pensam que os norte-coreanos se revoltarão ou que o regime entrará em colapso por causa das sanções, é porque não conhecem os norte-coreanos”, afirmou Kang Mi-jin, um desertor do Norte que trabalha no Banco Central da Coreia do Sul. “Estas pessoas sobreviveram à fome comendo capim e falam disso com grande orgulho”.

Mas as últimas sanções estão provocando mais sofrimento do que as primeiras. Alguns analistas sugerem que as mudanças na Coreia do Norte, como a formação de uma nova classe média, e as promessas de Kim de melhorar a vida do seu povo sofrido, poderão torná-lo mais propenso a desistir das suas armas nucleares se receber a garantia da sobrevivência do seu governo.

Desde setembro, o Conselho de Segurança da ONU proibiu todas as exportações básicas norte-coreanas, incluindo carvão, minério de ferro, frutos do mar e têxteis. Se aplicadas totalmente, as sanções poderão eliminar 90% das exportações do país em dólares. Particularmente dolorosa foi a decisão de limitar as importações do Norte de produtos refinados de petróleo a meio milhão de barris ao ano, uma redução de 90% em relação ao ano anterior.

Segundo os especialistas, as sanções e a aparente disposição da China a adotar muitas delas, representaram um golpe ao comércio chinês, um dos poucos pontos positivos da economia norte-coreana.

E no entanto, os analistas afirmam que há poucos sinais de que a economia da Coreia do Norte tenha alcançado um ponto de ruptura.

Em Pyongyang, ainda há eletricidade suficiente para manter acesa a iluminação pública à noite, informaram jornalistas sul-coreanos que recentemente visitaram o país. Todas as pessoas aparentemente tinham um celular, e as mulheres estavam vestidas de maneira mais elegante do que antes, eles afirmaram.

O governo de Kim introduziu na economia reformas voltadas para o mercado, concedendo maior autonomia às fazendas e às fábricas, e tolerando cada vez mais atividades de mercado que melhoraram a oferta de alimentos para a população. Além disso, surgiu uma nova, embora ainda pequena, classe de empreendedores com dinheiro.

“Não vimos ainda nenhuma grave crise nos mercados que possa ser atribuída às sanções”, afirmou Jiro Ishimaru, que dirige o Asia Press, um grande site que monitora a Coreia do Norte, sediado no Japão. “Os mercados norte-coreanos revelaram grande capacidade de resistência”.

Talvez seja ainda muito cedo para julgar o pleno impacto das sanções, que começaram ser sentidas de fato somente no segundo semestre de 2017, depois que a China aparentemente intensificou sua aplicação.

Alguns analistas dizem que a decisão de Kim de viajar para Pequim, em março, pode ter sido um sinal do seu desespero para abrandar estas medidas.

Um corretor chinês que faz negócios com norte-coreanos da classe média contou que é possível observar um crescente descontentamento em relação ao governo por causa da escassez de produtos.

“Posso sentir que a população não está satisfeita com o governo, e se as autoridades não puderem resolver o problema das sanções, este descontentamento continuará”, afirmou o corretor que pediu para não ser identificado. “As pessoas perderam a lealdade ao regime”.

Echo Hui contribuiu para a reportagem.

Mais conteúdo sobre:

[Coreia do Norte \[Ásia\]](#)

[Kim Jong-un](#)

[Donald Trump](#)

[Estados Unidos \[América do Norte\]](#)

[China \[Ásia\]](#)

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

SIGA O ESTADÃO